

MESSIANISMO E FIM DOS TEMPOS EMGIORGIO AGAMBEN

Rodrigo Diaz de Vivar y Soler¹

Resumo: Apresentamos neste ensaio as contribuições elaboradas pelo intelectual italiano Giorgio Agamben para uma leitura em torno da correlação entre o messianismo e o fim dos tempos no contexto da nossa contemporaneidade. Revisitando alguns de seus textos, nos quais o intelectual italiano debate abertamente com o cristianismo os elementos de uma arqueologia da potência é que encontramos as condições de possibilidade para pensarmos o messianismo como uma dupla proposta dentro do contexto da filosofia política. Por um lado, a perspectiva de se pensar o resgate do sentido originário da Igreja e seu compromisso com a prática escatológica e, por outro lado, a contração qualitativa do tempo a partir da efetivação do *kairós* oportunizando, desse modo, pensar-se os elementos de um sentido qualitativo sobre a temporalidade revolucionária. Nesse sentido, a perspectiva de messianismo defendida por Agamben configura-se como uma importante ferramenta metodológica para uma problematização da biopolítica e das formas de governamentalidades presentes na nossa sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Messianismo. Fim dos Tempos. Giorgio Agamben.

Abstract: We present in this essay the contributions made by the Italian intellectual Giorgio Agamben for a reading about the correlation between messianism and the end of time in the context of our contemporaneity. Revisiting some of his texts in which the Italian intellectual openly discusses with Christianity the elements of an archeology of power is that we find the conditions of possibility to think of messianism as a double proposition within the context of political philosophy. On the one hand, the perspective of thinking about the redemption of the original meaning of the Church and its commitment to the eschatological practice and, on the other hand, the qualitative contraction of the time from the effective kairos, thus giving the elements of a qualitative sense about revolutionary temporality. In this sense, the perspective of messianism defended by Agamben is an important methodological tool for a problematization of biopolitics and the forms of governmentality present in our contemporary society.

Keywords: Messianism. End of Times. Giorgio Agamben.

¹ Doutorando em Filosofia pela UNISINOS. Professor do Centro Universitário Estácio Santa Catarina e do UNIBAVE. Email: diazsoler@gmail.com. Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4745923P9>

Introdução

O pensamento do intelectual italiano Giorgio Agamben se constitui como um dos mais relevantes para o nosso atual e, ao mesmo tempo catastrófico cenário político. A inoperância da representatividade democrática, a iminência de uma catástrofe humanitária proveniente do movimento migratório de refugiados, a crise econômica e o alto grau de endividamento tanto dos países desenvolvidos como as nações em desenvolvimento são sintomas de uma constelação na qual a efervescência das análises empreendidas por Agamben nos ajudam a pensar os desdobramentos de um questionamento simples e, ao mesmo tempo, carregado de complexidade: *qual o sentido do agir político no mundo contemporâneo?* É justamente essa a tarefa levada a cabo e desdobrada por Agamben no sentido de percorrer, por meio de sua arqueologia da potência os traços e os desdobramentos de uma compreensão crítica sobre nossa atualidade sem se deixar contaminar pela obsolescência das *metanarrativas modernas*.

Dito de outro modo, a atualidade de Agamben reside no fato de que ele procura pensar os agenciamentos e as linhas de fuga para os nossos problemas através de uma exigência política, mas ao mesmo tempo ética, pois como ressalta Barbosa (2012, p.15)

Vivemos um tempo onde, mais do que nunca, a política se torna uma exigência. Um enunciado quase equiparável a “uma palavra de ordem” que não deixa de ter implicações filosóficas, a depender do que entendamos por esta “exigência de/da política,” a começar pelo primeiro substantivo: o conceito de “exigência”, tão presente nos ensaios de Agamben, deve ser lido aqui como um *terminus technicus*, um conceito filosófico importante – a exigência seria uma categoria modal (ao lado da possibilidade, da impossibilidade, da necessidade e da contingência);

São esses, justamente os aspectos pelos quais Agamben promove na tessitura de suas análises uma possível articulação entre a política e a ética nos levando a percorrer novos horizontes e caminhos para uma problematização efetiva sobre os dispositivos de biopolítica e modos de governamentalização da vida aos quais somos assujeitados.

Nosso ensaio procura pensar uma dessas linhas de fuga proposta por Agamben, no caso, o conceito de messianismo. Acreditamos que tal conceito é de fundamental importância a produção de um novo gesto para a política no nosso tempo presente. Um gesto que percorre a porosidade da história como um *devoir maquínico* provenientes de outras formas de subjetivação e que são, por sua vez, capazes de deflagrar um confronto contra os dispositivos de saber e de poder.

Messianismo e fim dos tempos em Giorgio Agamben

Quais os significados éticos e políticos do tema messiânico do fim dos tempos? Essa pergunta ressoa por vários livros, ensaios e conferências de Giorgio Agamben desde a publicação de *O Que Resta de Auschwitz, O Reino e a Glória*, passando por *O Tempo que Resta* e, mais recentemente, pelo breve ensaio sobre a renúncia de Bento XVI intitulado *O Mistério do Mal* (AGAMBEN, 2008, 2010, 2016, 2015). De um modo geral, pode-se afirmar que a preocupação de Agamben não consiste em delimitar os pressupostos de uma teologia do pensamento católico no mundo contemporâneo, mas – seguindo obviamente as orientações de Walter Benjamin nas suas teses sobre a história² – delimitar uma nova leitura sobre o sentido político nos dias de hoje a partir de ferramentas implicadas na construção de uma ética voltada para *o uso comum*.

Nesse caso o messianismo em Agamben precisa ser visto como uma ferramenta para uma contextualização da busca pela presença da glória no contexto da redenção messiânica e o seu fundamento estaria inscrito em um tempo de redenção, o *kairós* pelo qual se institui o efeito qualitativo de um diagnóstico do tempo presente.

Dentre os acontecimentos recentes desse nosso século, a renúncia de Bento XVI, ocupa, sem sombra de dúvida, um estatuto privilegiado já que na manhã do dia 11 de fevereiro de 2013 o mundo ocidental fora surpreendido com a alegação do Vaticano de que, a partir de 28 de fevereiro daquele mesmo ano a Igreja Católica teria de escolher um novo pontífice.³ Não seria nenhum exagero afirmar que tal renúncia se efetiva como um acontecimento contemporâneo responsável por surpreender radicalmente o mundo cristão, pois ao longo da história somente dois papas haviam renunciado ao pontificado.⁴

No sentido de pensar esse gesto polêmico e profanador Agamben (2015) procura responder o seguinte questionamento: qual a importância política da renúncia de Bento XVI e suas ressonâncias sobre a situação política experimentada pelas democracias ocidentais? Em

²Na primeira de suas teses sobre a história Benjamin (2012, p.09) ressalta que: “É conhecida a história de um autômato capaz de responder, numa partida de xadrez, a cada lance do seu adversário e de assegurar a vitória na partida. Um fantoche vestido à turca, com um narguilé na boca, sentava-se diante do tabuleiro, colocado numa grande mesa. Um sistema de espelhos cria a ilusão de que o olhar pode atravessar a mesa de lés a lés. Na realidade, um anão corcunda, mestre na arte do xadrez, ocultou-se aí, e através de cordõezinhos dirige a mão do fantoche. É possível em Filosofia montar uma réplica deste aparelho. O fantoche chamado “materialismo histórico” ganhará sempre. Ele pode audaciosamente desafiar quem quer que seja, e tomar ao seu serviço a Teologia, que como se sabe hoje é pequena e feia e além disso não ousa mostrar-se”.

³A esse respeito existe uma interessantíssima matéria publicada pelo jornal inglês *The Guardian* cujo título é *Pope Benedict XVI resigns owing to age and declining health*. Ver mais detalhes em: <https://www.theguardian.com/world/2013/feb/11/pope-benedict-xvi-resigns-age>.

⁴Em 1294 São Celestino, fora obrigado pelo cardeal Benedicto Caetani a abdicar do seu pontificado pelos seus gestos um tanto extravagantes à frente da Igreja Católica. Já em 1415, Gregório XII havia abdicado de sua posição por conta da *Grande Cisma do Ocidente*, uma grave crise que quase culminou com o fim da Igreja Católica.

um primeiro momento, Agamben (2015) inclina-se em interpretar a atitude de Bento XVI como um ato de coragem, na medida em que ela sinaliza o aspecto mais interessante acerca dos desdobramentos políticos da contemporaneidade: a grave crise que assola as democracias representativas em relação à legalidade e à legitimidade de suas instituições.

Há, nesse diagnóstico, a constatação feita por Agamben (2015) de que o princípio de decadência política responsável por acompanhar os governos no nosso tempo é caracterizado pelo fundamento de uma legitimidade cada vez mais questionável das práticas de governamentalidade.

A esse respeito o intelectual italiano comenta que as instituições contemporâneas não se encontram deslegitimadas por conta de um suposto crescimento de uma onda de ilegalidade. Na verdade, a ilegalidade ocorre “porque os poderes perderam toda a consciência de sua legitimidade (AGAMBEN, 2015, p. 10-11)”. Justamente, por conta desse aspecto é que o enfrentamento da crise através de ações como a judicialização da política⁵ se mostram cada vez mais ineficazes, pois como aponta Agamben (2015) a pretensa ideia de que o direito se configura como uma prática responsável por atenuar os conflitos institucionais representa, na realidade, *um canto do cisne* da prática política, isto é, o direito não consegue efetivar a retomada da legalidade institucional, mas contribui para a ampliação dos pontos de tensão a níveis alarmantes. Segundo Nascimento (2015) o direito contemporâneo caracteriza-se como uma *práxis* pouco efetiva na retomada da legalidade institucional e ao mesmo tempo é eficiente na propagação da crise. Nas palavras de Agamben (2015, p. 10-11)

Os poderes e as instituições não são hoje deslegitimados porque caíram na ilegalidade; é mais verdadeiro o contrário, ou seja, que a ilegalidade é difundida e generalizada porque os poderes perderam toda a consciência de sua legitimidade. Por isso é vão acreditar que se pode enfrentar a crise das sociedades por meio da ação (certamente necessária) do poder judiciário – uma crise que investe a legitimidade não pode ser resolvida somente no plano do direito.

O ponto central da problematização agambeniana consiste em nos fazer perceber o direito como uma máquina hipertrofiada e subjugada aos procedimentos de

⁵Nos últimos anos, a política brasileira viu proliferar uma série de acontecimentos voltados para a interferência do judiciário nos desdobramentos políticos da nossa sociedade. O fenômeno de judicialização cria, através de efeitos pirotécnicos toda uma espetacularização das ações voltadas ao combate à corrupção e à improbidade administrativa de todos os entes políticos e prestadores de serviços. Entretanto, o que é mais interessante na juridicalização da política é sua correlação com os desdobramentos do que Debort (1997) chama de sociedade do espetáculo, isto é, uma prática voltada para o desenvolvimento de ações pautadas pela mídia no judiciário como única ferramenta possível para a resolução dos problemas sistêmicos provenientes da sociedade brasileira.

governamentalidade neoliberais praticados pelas grandes corporações. Na realidade, há que se pensar como e sob quais condições os conceitos de legitimidade e legalidade precisam ser repensados e recolocados dentro do campo da filosofia política. Segundo Agamben (2015), diferentemente da tradição jurídico-normativa que compreende esses dois conceitos como substâncias hierarquicamente superiores⁶, para o intelectual italiano, legalidade e legitimidade compõem as diretrizes de um dispositivo político que deve operar constantemente.

Em torno dessa questão Agamben (2015) apresenta dois exemplos muito interessantes. A Igreja, ao reivindicar a subordinação do Império ao poder espiritual produz uma prática política que *gira no vazio* não possuindo qualquer impacto nas decisões políticas e sociais do tempo presente.⁷ Isto é, não será o discurso de um papa que colocará um freio às matanças provenientes dos inúmeros conflitos existentes no mundo contemporâneo como aqueles que ocorrem na Síria ou no Iraque, por exemplo. Da mesma maneira, se no contexto democrático a soberania popular limitar-se a construção de procedimentos regimentais e limitados como o exercício do voto, a máquina política permanece sem qualquer valor. Parece-nos que essas duas ilustrações apresentadas por Agamben (2015) acabam por sinalizar a necessária construção de uma experiência radical da democracia através do exercício de uma política voltada para o uso comum de uma comunidade que vem.

Nesse sentido, Bento XVI ocupa um papel central no interior da perspectiva messiânica adotada por Agamben, por produzir um gesto de recusa em permanecer à frente de uma instituição secular que parece ter esquecido seu papel de legalidade e legitimidade originário limitando-se a ocupar um lugar muito mais burocrático na defesa dos pressupostos de uma economia política do poder temporal⁸ como se pudesse, de fato, influenciar decisivamente às decisões da governamentalidade neoliberal. No gesto de Bento XVI há

⁶ Legitimidade e legalidade são dois princípios difundidos dentro da filosofia do direito como a busca pelas qualidades necessárias tanto para a aplicação da norma quanto os procedimentos regrados pelo governo. Em linhas gerais, essas duas perspectivas procuram analisar os critérios necessários de aplicação de determinadas normas aplicadas ao sistema jurídico dos quais fazem parte. Seria a legitimidade um pressuposto da legalidade a partir da fundamentação daquilo que dentro de um determinado estilo de governo, pode ser compreendido como uma aplicação da lei.

⁷ Ao propor - desde o início da sua candidatura a presidência dos Estados Unidos - a criação de um muro na fronteira com o México Donald Trump tem despertado a crítica de várias organizações da sociedade civil. Dentre elas, a própria Igreja Católica que através de seu atual pontífice o Papa Francisco teria dito que não é cristão aquele que em vez de pontes constrói muros. Ao passo que Donald Trump teria dito: "Um líder religioso questionar a fé alheia é vergonhoso. Eu tenho orgulho de ser cristão". Ver mais detalhes em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/2016-02-18/donald-trump-rebate-critica-e-chama-papa-francisco-de-vergonhoso.html>. Acesso em: 16/02/2017.

⁸ Em *O Reino e a Glória* Agamben (2010), ao explorar as contribuições de Peterson para aquilo que se interpõe a *parúsia* justifica que um dos entraves para o advento do Messias é a existência da própria Igreja conforme se pode constatar no irônico enunciado escrito por Loisy: "*Jésus annonçait le royaume, et c'est l'Église qui est venue.*" Ver mais detalhes em: AGAMBEN, 2010, p. 20).

coragem e astúcia próprias de quem opta pelo uso do poder espiritual “(...) recusando ao exercício do vicariato de Cristo (AGAMBEN, 2015, p.12).”.

Agamben (2015) recupera um ensaio publicado pelo então padre Joseph Aloisius Ratzinger no ano de 1956 em que o pontífice esboça uma reflexão sobre o corpo da Igreja e seus dois aspectos. Em *Considerações Sobre o Conceito de Igreja de Ticônio*, Ratzinger propõe a tese de que o corpo da Igreja possui dois lados: um esquerdo e um direito. A Igreja é ao mesmo tempo Jerusalém e Babilônia. Em um único corpo duas cidades, dois lados. Já nessa interpretação atenta-se para o fato de que o anticristo é alguém que faz parte da Igreja, comunga da sua liturgia e somente será vencido no momento conhecido como *parúsia*, isto é, o fim dos tempos.

Diferentemente da visão agostiniana a qual propõe diferenciar os desdobramentos da cidade de deus e da cidade dos homens, Ratzinger, inspirado nas contribuições de Ticônio pressupõe existir um papel duplo na Igreja no que corresponde aos exercícios espirituais e o governo político. A dificuldade emerge a partir de dois questionamentos formulados por Ratzinger: *qual seria a essência da Igreja? Qual o seu destino sobre a Terra?* Em primeiro lugar, adverte Ratzinger há que se distinguir com base em Ticônio a luta constante entre uma igreja negra – *fusca* – e uma igreja branca – *decora* – enquanto que a primeira designa o corpo de satanáas, a segunda seria responsável por retransmitir aos fiéis os preceitos de Cristo.

A precisão de Agamben (2015) consiste em nos apresentar a contemporaneidade como a época na qual esses dois corpos antagônicos iniciam a separação que se firmará completamente com a iminência do fim dos tempos. Nessa interpretação eclesiológica vislumbra-se a possibilidade de pensarmos os contornos da anunciação do *mistério do malcomo* preâmbulo da revelação messiânica do tempo de justiça a partir de uma luta entre o *já* e o *ainda não*. A esse respeito escreve Agamben (2016, p. 87)

Como se sabe, Paulo decompõe o evento messiânico em dois tempos: a ressurreição e a *parúsia*, a segundo vinda de Jesus no fim do tempo. Daí a tensão paradoxal entre um *já* e um *ainda não* que define a concepção paulina da salvação: o evento messiânico já aconteceu, a salvação já foi realizada para os crentes e, todavia, ela implica para realizar-se realmente, um tempo ulterior.

Encontramos, portanto no messianismo defendido por Agamben muito mais do que uma mera leitura especulativa sobre o papel da Igreja na nossa atualidade, mas a tentativa de proceder um resgate da sua condição originária e o seu papel na história e na sociedade.

Justamente por conta desse aspecto é que Agamben (2015) vislumbra o ato de renúncia de Bento XVI como a anunciação do messianismo a partir da vocação paulina.

No caso, a grande *discesio*, a qual fala Ratzinger nada mais é do que a atualização do messianismo prescrito por Paulo há 2000 anos. Recuperando um excerto da Segunda Epístola aos Tessalonicenses, Agamben (2015) constata que o *fim dos tempos* é a época duramente marcada pela batalha de dois personagens. O homem da *anomia* – aquele que está situado à margem – e aquele/aquilo que procura retardar a segunda vinda de Cristo. Esse é, por sua vez, um tema caro a Agamben (2012) já que, anos antes, em *O Reino e a Glória* ele defendia a tese de que a retenção do Messias é proveniente de duas visões: a primeira pertencente ao jurista alemão Carl Schmitt (2006) para quem a vinda do Messias deveria ser atrasada pela existência do Império como categoria política e a segunda formulada por Erik Peterson defendia a ideia de que o apocalipse somente acontecerá no momento em que todos os judeus se converterem ao cristianismo. Ocorre que, em *O Mistério do Mal* Agamben (2015) parece propor uma terceira explicação sobre o atraso da *parúsia*. Essa hipótese remonta a leitura empreendida por ele que, desde o século IV, intelectuais como Ticônio propunham que o *Katechon* é causado pela própria Igreja romana, no caso, uma instituição que flertava abertamente com os designios da política. Essa interpretação de Agamben (2015) preconiza o Império romano como uma espécie de influência negativa sobre a Igreja.

Para reforçar essa perspectiva Agamben (2015) procede a recuperação da tese escatológica por Ivan Ilich – nome maldito entre os membros da Igreja – para quem a visão paulina apresenta-se como uma espécie de profecia sobre o processo de corrupção e de perversão experienciadas pela Igreja católica ocupada tão somente em buscar a utopia de uma *societas perfecta* deixando de lado sua vocação messiânica.

A bipartição do corpo da Igreja é um gravíssimo entrave para o exercício do messianismo. Agamben (2015) parece inclinado a defender a tese de que a Igreja não somente retarda a *parúsia* como pretende excluí-la definitivamente. Nesse sentido, a decisão de Bento XVI precisa ser interpretada como uma espécie de gesto paradoxal sobre o momento vivenciado pela filosofia cristã da história. Conforme lembra Agamben (2015) o teólogo alemão Ernest Troeltch já em 1925 denunciara o fim do ofício escatológico no Ministério de

Pedro.⁹ Entretanto, mesmo de modo sutil o problema da escatologia ainda permanece na instituição.

Agamben (2015) propõe uma interpretação radical desse conceito pensando-o diferentemente de Schmitt – para quem a escatologia era uma paralisia do fim dos acontecimentos –mas a contração qualitativa no tempo que poderia orientar a ação das coisas *penúltimas*. O sentido radical da escatologia prevê, portanto a tomada de decisão dos acontecimentos políticos e dos significados éticos na consolidação de uma *terra sem mal*.

Por isso a importância de se inserir a leitura das epístolas de Paulo para pensarmos o projeto de uma crítica às formas de governamentalidades contemporâneas. O tempo messiânico anunciado por Paulo não é, como nos lembra Agamben (2015, p. 22) “... o fim dos tempos, mas o tempo do fim,” ou seja, o *kairós* que representa a tomada de decisão através da implementação do que Benjamin (2012, p. 13) compreendia como um estado de emergência como se apresenta na sua oitava tese sobre o conceito de história em que se lê

A tradição dos oprimidos nos ensina que o "estado de exceção" em que vivemos é na verdade a regra geral. Precisamos construir um conceito de história que corresponda a essa verdade. Nesse momento, perceberemos que nossa tarefa é originar um verdadeiro estado de emergência; com isso, nossa posição ficará mais forte na luta contra o fascismo. Este se beneficia da circunstância de que seus adversários o enfrentam em nome do progresso, considerado como uma norma histórica. O assombro com o fato de que os episódios que vivemos no século XX ‘ainda’ sejam possíveis não é um assombro filosófico. Ele não gera nenhum conhecimento, a não ser o conhecimento de que a concepção de história da qual emana semelhante assombro é insustentável.

Análoga a essa compreensão, o ensaio intitulado *Mysterion iniquitatis: a história como mistério* escrito por Agamben (2015) apresenta um sentido etimológico atribuído em relação ao *Mysterion* que, em grego, pode ser traduzido como um *evento dramático*. A perspectiva desvelada nessa leitura filológica consiste, portanto na hipótese de pensar talevento como uma relação de forças presentes no devir minoritário e nas vidas infames que se chocam contra os dispositivos responsáveis por conduzirem tanto à salvação quanto à ruína. Em termos eclesiais a condição da Igreja entre a primeira e a segunda vinda de Cristo coloca em evidência o tempo histórico daquilo que vivemos. Contudo, o messianismo adverte para que tomemos uma posição e, nesse caso, a perspectiva seria a de pensarmos a

⁹Ernest Troeltsch foi um teólogo alemão que, através do livro *Die Soziallehren der christlichen Kirchen und Gruppen* propunha um profundo estudo analítico sobre a condição da Igreja na nossa sociedade e seus elementos burocráticos e institucionais.

atitude de Bento XVI como uma espécie de sintoma do mistério da Igreja. A esse respeito escreve Agamben (2012, p. 58) em *O Reino e a Glória*

Muitas vezes foi salientado o significado especial e decisivo que o tempo e a história assumem no cristianismo. Como se disse, o cristianismo é uma “religião histórica”, não só porque se fundamenta em uma pessoa histórica (Jesus) e em eventos que se pretendem historicamente ocorridos (sua paixão e sua ressurreição), mas também porque atribui ao tempo um valor e um significado soteriológico. Por isso – na medida em que interpreta a si mesmo em função de uma perspectiva histórica -, traz consigo, desde o início, “uma filosofia ou, melhor dizendo, uma teologia da história.” No entanto, também é importante acrescentar que a concepção cristã da história nasce e se desenvolve sob o signo do paradigma econômico e permanece inseparável dele. Uma compreensão da teologia cristã da história não pode, portanto, limitar-se, como geralmente acontece, a evocar de maneira genérica a ideia de *oikonomia* como sinônimo de desenvolvimento providencial da história segundo um desígnio escatológico; ela deve sobretudo analisar as modalidades concretas em que o “mistério da economia” literalmente forjou e determinou, do início ao fim, a experiência da história da qual ainda dependemos em boa parcela.

Conforme essa fala sugere, o problema seria o de pensarmos o mistério da Igreja como a necessidade de compreensão sobre um possível (re) encontro da Igreja com o messianismo originário dos fins dos tempos.

Para contextualizar o que seria propriamente esse mistério da Igreja Agamben (2015) irá defender a tese de correlação entre a economia e a escatologia. Quando a segunda fica *assujeitada* a primeira torna-se o elemento de um *tempo sem fim*.¹⁰ O problema emerge diante da condição paradoxal vivenciada pela Igreja. Ao mesmo tempo em que ela deve marcar nos seus horizontes de possibilidades o fim último da escatologia renunciando ao mundo, não pode fazê-lo na sua totalidade, pois é parte integrante da economia pertencendo a este mundo e não podendo recusar a si mesma. E é exatamente em torno dessa crise, desse embate entre o reino dos céus e o reino da terra que provém o grande questionamento explorado por Agamben (2015) em *O Mistério do Mal: Bento XVI e o fim dos tempos*: como proceder a correlação entre o messianismo, as formas de governamentalidade e o mistério da economia? A essa pergunta ele propõe a profanação das categorias de judicialização da vida através da

¹⁰Uma extraordinária passagem do conto *Viagem aos Seios de Duíla* de Aníbal Machado registra um aspecto interessante acerca do significado ético de um tempo sem fim: *A criada chegou à janela, gritou o recado. E o bondezinho desceu semo seu mais antigo passageiro. Floripes voltou ao patrão. Interroga-o com o olhar. Não sabes que estou aposentado? - Uê!... - Sim, Floripes. Aposentado. - E que vai fazer agora, patrão? - Sei lá, Floripes... Sei lá! - Mas o almoço será sempre servido à mesma hora, pois não? - Tanto faz. Pode ser às nove e meia, onze, meio-dia ou quando você quiser. Minha vida de hoje em diante vai ser um domingo sem fim... Ver mais detalhes em: <<http://docs5.minhateca.com.br/833835796,BR,0,0,Anibal-Machado---Viagem-Aos-Seios-De-Duilia.txt>> . Acesso em 20/02/2017.*

formação de uma comunidade do uso comum.

Nesse sentido, é correto afirmar dentre todas as propostas de temas investigados por Agamben, a promoção de um estudo sobre as condições de possibilidade para a formação na nossa sociedade de um *tempo sem fim*, está diretamente correlacionado ao problema da conduta entre os homens e, mais especificamente a problematização da biopolítica no nosso mundo contemporâneo.

A proposta efetivada por Agamben (2015) consiste, pois em investigar os desdobramentos e os motivos pelos quais o governo da conduta entre os homens se converte na Modernidade em biopolítica. Em suma, a questão a ser elucidada seria investigar como à máquina da divina providência se converte em máquina de extermínio do paradigma biopolítico.

Nesse sentido, pensar o problema do mistério do mal a partir da questão de governo em Agamben não significa positivar o valor da teologia na formação de nossa política contemporânea. A questão é um tanto mais complexa, pois ela se efetiva na própria condição de possibilidade a qual a *oikonomia* cristã se articula perfeitamente ao pressuposto da ação da máquina governamental.

Na opinião de Agamben (2012), o estudo sobre a máquina providencial e suas formas litúrgicas de exercício de poder, conduta das almas e dos homens pode favorecer a um aprofundamento e uma complexificação das relações entre filosofia e política na contemporaneidade. Chegar-se-ia nesse caso ao limiar de um encontro possível entre a teologia e a política capaz de deflagrar a necessária insurreição contra as formas arbitrárias de governamentalidade e, nesse sentido, as análises sobre a soberania popular e os fundamentos de um Estado democrático de direito seriam ultrapassados pela crítica radical em relação aos modos de vida. Entretanto, tal condição nos projeta em direção a um novo questionamento: é possível conceber-se um projeto revolucionário dentro do contexto do cristianismo? A esse respeito Castro (2013, p. 136) adverte que

Em *O reino e a glória*, Agamben sustenta que a substância do político não é nem o *bíos*, nem a *zoé*, mas a inoperosidade, e que, por isso, é necessário pensar uma política na qual a inoperosidade desarticule o *bíos* e a *zoé*. (...) Encontramo-nos, assim em relação com a vida com quatro conceitos em jogo (*zoé*, *bíos*, *vida nua*, *inoperosidade*), sem que as relações entre eles estejam definidas sempre do mesmo modo.

É justamente em torno de tais problemas que o pensamento agambeniano procura se debruçar sobre a relação originária entre os modos de subjetivação e os procedimentos de

governamentalidade propondo que o grande embate para a filosofia e a teologia não é tanto a materialidade estética das formas e os exercícios de poder, mas sim a expectativa da redenção messiânica, o *kairós* responsável pela instauração de um estado de emergênciano qual seja inserido o papel da glória.

Considerações Finais: o tempo que resta

Em 1853 o escritor estadunidense Herman Melville publicou o conto *Bartleby, the Scrivener*. Trata-se de uma história ocorrida no coração do capitalismo, Wall Street. Um pequeno grupo de funcionários testemunha o processo de (des) subjetivação promovido por Bartleby quando este recusa-se a realizar qualquer atividade burocrática através da seguinte fórmula: *Preferiria não!* (MELVILLE, 2007). O movimento empreendido por Bartleby oportuniza deslocarmos os efeitos de uma nova ética pensada como atitude radical de se opor à miserabilidade existencial a qual somos constituídos.

Da mesma forma, tanto renúncia de Bento XVI quanto a retomada da experiência política e ética do pensamento paulino, Agamben parece inclinado a nos mostrar como um possível agenciamento contra os procedimentos de governamentalização da vida estão diretamente atrelados tanto à retomada do sentido originário do messianismo como a possível contração qualitativa do tempo oportunizada pelo *kairós*. Entretanto, não podemos enxergar nessa atitude de percepção do messianismo como estratégia política, uma tentativa, por parte de Agamben em retomar movimentos unitaristas como o secularismo de experiências religiosas. Na realidade, o messianismo proposto por Agamben consiste em nos fazer perceber na contração do tempo qualitativo uma oportunidade para se produzir outras formas de políticas. Uma política que é da ordem do novo senso comunitário, uma política voltada para o que os povos originários da América Latina chamam de *bien vivir*.

Nesse contexto, o grande desafio proposto pelo messianismo agambeniano consiste na desativação das máquinas de poder através da sublevação de formas de vida capazes de produzir uma fissura no tempo oportunizando, dessa maneira, pensarmos os contornos de uma atitude crítica não somente de problematização, mas de intensificação de outras formas de vida no contexto contemporâneo.

Referências Bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. *O que Resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

_____. *O Reino e a Glória: uma genealogia teológica da economia e do governo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

_____. *O Mistério do Mal: Bento XVI e o fim dos tempos*. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. *O Tempo que Resta: um comentário à Carta aos Romanos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

BARBOSA, Jonnefer. *Limiares da Política e do Tempo na Filosofia de Giorgio Agamben*. São Paulo [Tese de Doutorado] Pontifícia Universidade Católica, 2012.

BENAJMIN, Walter. *O Anjo da História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

CASTRO, Edgardo. *Introdução a Giorgio Agamben: uma arqueologia da potência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

MELVILLE, Herman. *Bartleby, o escrivão: uma história de Wall Street*. São Paulo: Cosacnayf, 2007.

NASCIMENTO, Daniel Arruda. *Do fim da experiência ao fim do jurídico: percurso de Giorgio Agamben*. São Paulo: LiberArs.

SCHMITT, Carl. *Teologia Política*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.